

Senhor Presidente,

Senhor Diretor Geral, começo por saudá-lo nesta que é a sua primeira Conferência Internacional do Trabalho já na qualidade de Diretor Geral da OIT.

Os seus primeiros passos à frente da OIT estão a mostrar de que se trata da pessoa certa no momento certo:

- um momento que exige respeito pelo direito internacional e pelas normas internacionais do trabalho
- um momento que exige reforço do diálogo social e da construção coletiva com parceiros sociais
- um momento que exige a defesa dos que mais sofrem e que muitas vezes não têm voz
- Um momento para garantir que temos a capacidade como humanidade de responder àqueles que mais sofrem as consequências dos embates das transições que estamos a viver.

Mais do que nunca o mundo precisa da voz tripartida da OIT.

Quero que saiba, Senhor Diretor Geral, que Portugal tem procurado estar na linha da frente da construção desse mundo do trabalho mais digno e, por isso, mais humano.

E, por isso, que gera melhores empresas e mais economia

A cada Governo cabe regressar aqui à CIT todos os anos com o trabalho de casa feito.

Tem sido um ano de grandes desafios e intensidade.

Em Portugal, aprovámos este ano a Agenda do Trabalho Digno que acabou de entrar em vigor no dia 1 de maio, dia simbólico.

Celebrámos recentemente entre o Governo e os Parceiros sociais um acordo tripartido para os próximos 4 anos para a melhoria dos salários,

dos rendimentos e da competitividade, com compromissos claros assumidos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Declaração de Filadélfia da OIT é clara: só se atinge a paz duradoura com base na justiça social.

Não há paz sem justiça social.

Por isso é mesmo essencial a nossa mobilização conjunta nos tempos críticos que vivemos

1. Mobilização conjunta para a promoção dos Direitos Humanos Universais

Com a Agenda do Trabalho Digno combatemos as novas formas de trabalho forçado e a precariedade que mata vidas e esperança, passando a criminalizar o trabalho não declarado e simplificando a entrada no sistema de segurança social com o registo na hora incluindo o dos trabalhadores migrantes, para acabar com teias e redes de tráfico que se aproveitam das complexidades dos sistemas

2. Mobilização conjunta para a promoção da igualdade de acesso a oportunidades

Com a Agenda do Trabalho Digno, passámos a proibir estágios profissionais não remunerados, e criámos pela primeira vez medidas para forçar a igualdade entre Homens e Mulheres, majorando os apoios sociais quando exista igualdade na partilha das licenças parentais entre homens e mulheres.

3. Mobilização conjunta para a distribuição equitativa da riqueza

Por isso assinámos um acordo tripartido, entre o Governo, os empregadores e os trabalhadores, um acordo de médio prazo para o aumento dos salários, dos rendimentos e da competitividade que prevê um aumento de 20% dos salários e um aumento do peso dos salários no PIB e criámos, pela primeira vez, medidas inovadoras de discriminação positiva para as empresas com diálogo social dinâmico,

garantindo-lhes acesso privilegiado a instrumentos e apoios financeiros públicos e europeus.

Reconhecendo o valor económico do diálogo social

4- Mobilização conjunta para garantir Transições justas.

Com a Agenda do Trabalho Digno, garantimos a regulação do trabalho em plataformas digitais incluindo os princípios de laboralidade e a fiscalização das regras dos algoritmos, bem como o alargamento dos direitos sindicais a todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores independentes, trabalhadores em outsourcing e os trabalhadores das plataformas digitais

Não há mesmo paz sem justiça social.

Nesse sentido, Portugal, membro da União Europeia e da CPLP, associa-se à iniciativa do Senhor Diretor Geral, Coligação Global para a Justiça Social, na certeza de que só, sob a liderança inspiradora da OIT, e em articulação com a sociedade civil e outras agências e organizações internacionais, será possível Governos e parceiros sociais trabalharem no plano nacional, regional e internacional em prol de um mundo do trabalho mais justo.

Esta é uma vez mais uma CIT recheada de pontos de agenda muito relevantes, todos eles a concorrer para esse objetivo de justiça social.

Vamos fechar novos instrumentos normativos na comissão das aprendizagens, onde temos, com muito orgulho, um português a presidir aos trabalhos;

Vamos continuar a discussão sobre proteção social e aprofundar o tema das transições justas, porque sabemos que as sociedades só podem agarrar com confiança as oportunidades de futuro num quadro de segurança e inclusão social.

Num mundo de oportunidades e justiça social não há lugar para nenhuma forma de discriminação, baseada na idade, no sexo, na cor da pele, nas crenças religiosas, na orientação sexual ou na identidade de género.

Discriminar é violar direitos, é desperdiçar talentos e recursos.

Nesta CIT, vamos também reafirmar a independência do sistema de supervisão da OIT, capaz de enfrentar, sem receios, qualquer tipo de abusos venham eles de onde vierem, assumindo-se como fator de justiça social no mundo do trabalho.

As deliberações e recomendações do sistema de supervisão são para cumprir. Assim reafirmamos a credibilidade de um sistema normativo a que todos aderimos soberanamente.

Portugal junta-se assim a todos aqueles que apelam a que a Bielorrússia implemente as recomendações da Comissão de Inquérito, e retome um caminho favorável a esses princípios fundamentais para um mundo do trabalho digno que são a liberdade sindical e o direito à negociação coletiva.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na OIT sabemos bem que não há paz sem justiça social. Mas a inversa também é verdadeira: não há justiça social sem paz.

Não há criação de emprego, aumento do poder de compra, educação e saúde de qualidade se não vivermos em paz e no respeito pela soberania e integridade territorial dos outros países.

Se dúvidas houvesse, os relatórios que têm sido publicados pela OIT sobre os impactos da Guerra no mundo do trabalho, em particular decorrentes da invasão da Ucrânia, são absolutamente claros e dão-nos um quadro infelizmente dramático.

Termino, pois, manifestando a solidariedade do Governo português para com a Ucrânia, e apelando como há um ano ao respeito pela soberania dos povos, pelo Direito Internacional e pela Carta das Nações Unidas.

Sozinhos somos todos fracos. Unidos somos todos fortes e melhores.